

Miguel Cadilhe

Respostas a Elisabete Felismino, entrevista para o ECO

04 II 2018

EXCERTO

(...)

Considera que a promoção do interior é a reforma mais importante para o país?

Sim, sem dúvida nenhuma, é uma das mais importantes. Poderia e deveria ser conjugada com a descentralização política. O interior é um formidável desafio ao reformismo e às políticas públicas, um dos mais antigos desafios que a Democracia não soube enfrentar e vencer, em todas as valências, em algumas sim conseguiu, por exemplo, os tempos de viagem. O despovoamento está aí para nos interpelar. Pediram-me uma proposta sobre o sistema fiscal em prol do interior. Pediram-me que assumisse um certo radicalismo em contraponto aos paninhos quentes. Entreguei uma primeira formulação há pouco mais de um mês ao recentíssimo “Movimento pelo Interior”, cujo desígnio se concentra neste inverno e na primavera de 2018. O meu contributo é na área dos incentivos fiscais, outros há noutras áreas que estão também a ser trabalhados. O essencial do Movimento esgota-se em meados do ano, as propostas deverão estar então entregues a quem de direito, é o que está publicamente declarado.

Quer ver uma das minhas propostas na área fiscal?

O “regime contratual de investimento”, instituído por decreto-lei, é destinado apenas a grandes projectos de investimento, seja onde for que eles se localizem em Portugal. Os contratos podem incluir benefícios fiscais e financeiros, e outros benefícios, a conceder pelo sector público ao sector privado que invista, nacional ou estrangeiro. Trata-se de um poderoso instrumento de política pública, ajustável caso a caso. A esmagadora maioria dos contratos celebrados até hoje apoiaram e apoiam o “não interior”. Pois bem, proponho que, de futuro, o regime passe a ser um exclusivo do “interior”, sendo que os territórios do “interior” estão já definidos e delimitados por uma importante portaria de 2017. Ser exclusivo do interior significa e implica que é excluído o litoral. Radical? Sim, claro, por que não? O Estado dá incentivos fiscais a mais, há que ser mais selectivo, o “interior” precisa de fortes medidas, o “interior” pode ser a mais legítima razão para restringir e condicionar o regime contratual. Ou o investimento vai para lá, ou não há contrato de benefícios, ponto final. Salvaguardo casos específicos em que o “interior” não tenha sentido, por ex, um investimento privado num porto de mar, ou o aumento da capacidade produtiva de uma fábrica já instalada.

São deste tipo as medidas fiscais que sugeri ao Movimento pelo Interior. O que fiz foi pegar no menu dos benefícios existentes e sujeitar alguns deles à condição de “discriminantes ou mais discriminantes ou exclusivos a favor do interior”. Vamos ver se há coragem para levar as medidas por diante, porque de certeza muitos anticorpos se vão erguer: veremos enunciar equações e teoremas de racionalidade económica; veremos desenhar cenários de redução do IDE, investimento directo estrangeiro; veremos renascer o argumento do efeito *spillover* (difusor) do investimento, desta feita do litoral sobre o interior; veremos surgir outros respeitáveis juízos sobre o receio de que as medidas sejam contraproducentes na economia como um todo; etc. De tudo isto, acho que haverá algumas razões a ponderar, mas acima de tudo acho que o rei vai nu em toda esta problemática de políticas do interior.